

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal de Brasília

Class.: 113

Data: 28/05/88

Pg.: _____

Questão dos índios ainda sem acordo

Ainda não há acordo sobre o capítulo que trata da questão indígena, que deverá entrar em votação na próxima terça-feira, se houver quorum. Na reunião realizada ontem, os parlamentares acertaram dois pontos polêmicos do capítulo: o reconhecimento dos índios sobre as terras racionalmente ocupadas e a determinação de que as lavras das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivadas com a autorização do Congresso Nacional, ouvindo as comunidades interessadas.

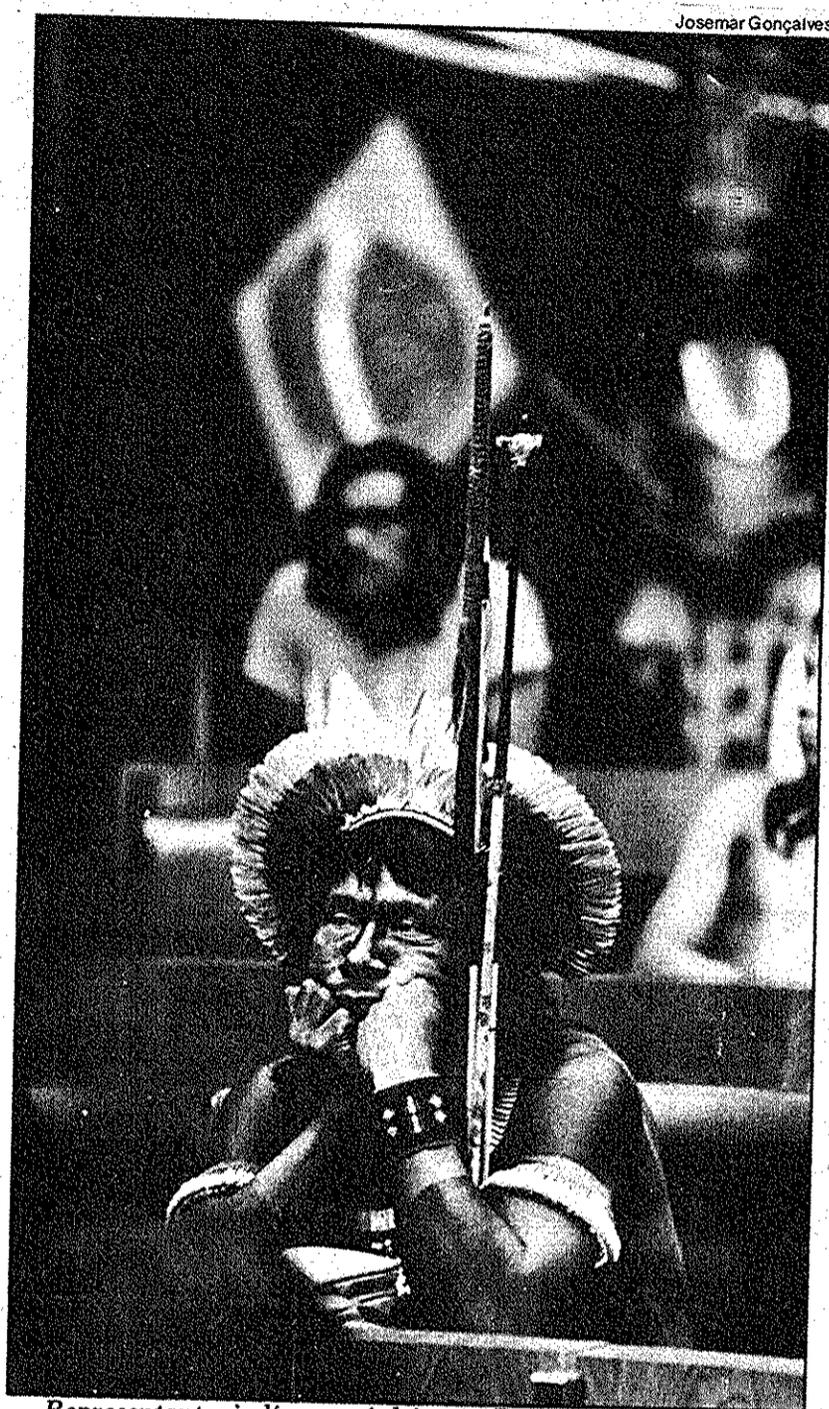
A reunião das lideranças partidárias foi realizada após o encerramento da sessão da Constituinte. Foram mais de três horas de discussão para se acertar um único artigo. Tanto o texto do Centrão quanto o da Sistematização diziam que era reconhecido aos índios seus direitos originários sobre as terras de posse imemorial, onde se acham permanentemente localizados. O novo texto, acatando sugestão do senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), diz que: são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. Em seguida, foi acertado ainda que viria um parágrafo único que estabelece que "o aproveitamento dos recursos hídricos, inclusive dos potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada a participação nos resultados da lavra, na forma da lei".

Cumprimentos

O novo texto atendeu aos dois lados, conforme anunciou o deputado Octávio Elisio (sem partido-MG), porque garante efetivamente o direito dos índios. Os deputados Bonifácio de Andrada (PDS-MG) e José Lins (PFL-CE) também gostaram do texto e entenderam que eles foram o melhor para os indígenas. Bonifácio e José Lins fizeram questão de cumprimentar cada cacique que se encontrava a postos no auditório ao lado da sala de negociações, explicando a cada um que o Centrão não é contrário às suas causas e que reconhece o direito deles sobre a terra tradicionalmente ocupadas e a necessidade de demarcação delas.

"Não foram discussões emocionais como vinham acontecendo até então", explicou o deputado Arthur da Távola (PMDB-RJ), que também participa das negociações. Ele lembrou que outro ponto polêmico é em relação à aculturação do índio. Tanto o texto do Centrão quanto o da Sistematização falam que os direitos especiais concedidos aos índios só se aplicam aos que efetivamente habitem terras indígenas e não possuam elevado grau de aculturação. A proposta não agradou aos índios e, segundo o deputado Tadeu França (PMDB-PR), esta questão poderá ser facilmente superada na próxima terça-feira, em virtude de discussões prévias já realizadas sobre o assunto, quando houve um consenso se excluiria a situação dos índios aculturados do texto constitucional.

Os cerca de cem índios de mais de 30 nações diferentes, entre elas Xavante, Caiapó, Carajás, Pataxó, Guarani, Caiangang, Guajajara e Terena, permanecerão em Brasília até a próxima terça-feira, quando o capítulo deverá ser votado.



Josemar Gonçalves

Representantes indígenas só deixarão Brasília após a votação